

PAUTA DA REUNIÃO NO MEC

Nesta segunda-feira, 19, o Semesp participou de reunião no Ministério da Educação, em Brasília, juntamente com as outras entidades do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Participaram da reunião o secretário Executivo do MEC, Victor Godoy Veiga; o secretário-Executivo Adjunto, José de Castro Barreto Júnior; o secretário de Regulação (Seres), Danilo Dupas Ribeiro; o secretário da Educação Superior (Sesu), Wagner Vilas Boas de Souza; a assessora especial do Ministro da Educação, Juliana Gonçalves Melo, a Consultoria Jurídica do MEC, entre outros membros da equipe do Ministério.

Na pauta da reunião foram tratados quatro assuntos, com as discussões relatadas abaixo:

- Prorrogação da portaria 544/2020, que permitiria que as aulas presenciais sejam remotas até o final de 2021: De acordo com o secretário Executivo do MEC, Victor Godoy Veiga, o órgão ainda está estudando a prorrogação, já que a ideia do governo é estimular a volta das atividades ao normal.

O Semesp salientou que a não prorrogação da portaria pode gerar um desequilíbrio na oferta, já que apenas uma parte das IES tem credenciamento para EAD e as regras da retomada dependem dos estados e municípios. Há casos em que o retorno de 100% presencial somente poderá acontecer após o surgimento da vacina. Enquanto isso, as IES terão que oferecer aulas presenciais e remotas para atender a todo contingente de alunos, dificultando assim para as IES que não possuem credenciamento para ofertar EAD. Todos os argumentos foram ouvidos e anotados pela equipe do MEC, que prometeu analisá-los. O secretário da Seres, Danilo Dupas Ribeiro, argumentou que a secretaria tem recebido muitas denúncias de alunos sobre precarização do ensino em salas de aulas remotas lotadas de aluno, inclusive de períodos diferentes. Ele solicitou ajuda do setor para coibir essas práticas.

- Prazos estipulados pelas recentes portarias da Seres e do Gabinete do Ministro: O secretário da Seres, Danilo Dupas Ribeiro, informou às entidades que a secretaria tinha um prazo para publicar as portarias, mas que nada impede destes serem revistos e novas portarias publicadas. O pleito do Fórum é que se publique todo o fluxo de processos e os prazos máximos para cada etapa. Da forma como está atualmente, o prazo pode ser infinito, não havendo definição clara dos marcos para contagem dos prazos. O secretário da Seres e a Assessoria Especial do Ministro concordaram com a publicação, mas alegaram que dependem de prazos estipulados pelo CNE e INEP. A Seres se comprometeu a elaborar um documento com todos os fluxos, etapas e prazos tão logo o CNE e o INEP definam os prazos. As entidades do Fórum enfatizaram que

possuem propostas de desburocratização para melhorar os processos e querem ser parceiras nessa melhoria.

- Processos parados no MEC: As entidades do Fórum afirmaram que estão recebendo muitas reclamações de seus associados por causa de processos que não progridem no MEC. O secretário da Seres, Danilo Dupas Ribeiro, informou que são 23 mil processos em andamento e que o órgão está envidando todos os esforços para melhorar os fluxos. Segundo ele, os resultados desse trabalho devem aparecer em breve. Ele informou ainda que, nas últimas semanas, já encaminharam muito mais processos que nos últimos meses.

- Processo seletivo do ProUni do 1º semestre de 2021: Como o Enem será realizado somente em fevereiro de 2021, com resultado previsto para o final de março, o processo de seleção do ProUni, atrelado à nota do Enem, será realizado tardiamente (provavelmente no final de abril e começo de maio), inviabilizando o cumprimento do calendário letivo. O secretário do Sesu, Wagner Vilas Boas de Souza, informou que estão avaliando a possibilidade de realizarem dois processos seletivos no primeiro semestre: em janeiro, com os alunos que fizeram Enem em 2019; e outro após a publicação dos resultados do Enem 2020 (a ser realizado em 2021). O Semesp destacou a sua preocupação com a possibilidade do primeiro processo não ter candidatos suficientes para preencher as vagas, piorando o cálculo do POEB, além da impossibilidade de cumprimento do calendário letivo. Será marcada uma outra reunião com as entidades, inclusive as que não participam do Fórum, para discutir o assunto.